



ANEXO II
(REQUERIMENTO DE INSCRIÇÃO PRELIMINAR COM PEDIDO DE ISENÇÃO DE TAXA DE INSCRIÇÃO)

EXCELENTÍSSIMA SENHORA DESEMBARGADORA-PRESIDENTE DA COMISSÃO DO XVII CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DE JUIZ FEDERAL DO TRABALHO SUBSTITUTO DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 14ª REGIÃO

FOTO
3 X 4

PROTOCOLO N. _____

Nome: _____

Data de nascimento: ___/___/___ Natural de: _____ UF: _____

Estado civil: _____ Sexo: Masc. () Fem. ()

Nacionalidade: _____ Profissão: _____

RG n. _____ Órgão Expedidor: _____ OAB n. _____

CPF n. _____ Título de Eleitor n. _____

Zona: _____ Seção: _____

Nome do estabelecimento em que se graduou em Direito:

Data expedição Diploma: ___/___/___ Nº e data Registro do Diploma: ___/___/___

Endereço residencial: _____ Número: _____

Complemento: _____ Bairro: _____

Cidade/UF: _____ CEP: _____

Celular: _____ Telefone fixo: _____

E-mail: _____

Endereço comercial: _____ Número: _____

Complemento: _____ Bairro: _____

Cidade/UF: _____ CEP: _____

Celular: _____ Telefone fixo: _____

E-mail: _____

Vem requerer a Vossa Excelência sua inscrição preliminar no XVII Concurso Público para Provimento de Cargos de Juiz Federal do Trabalho Substituto do Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região, bem como a isenção da taxa de inscrição nos termos dos subitens 5.4.5 a 5.4.8 do Edital do concurso, declarando, sob as penas da lei que: a) é bacharel em Direito e atenderá até a data da inscrição definitiva, a exigência de 3 (três) anos de atividade jurídica exercida após a obtenção do grau de bacharel em Direito; b) está ciente



de que a não apresentação do respectivo diploma, devidamente registrado pelo Ministério da Educação, e da comprovação de atividade jurídica, no ato da inscrição definitiva, acarretará a sua exclusão do processo seletivo; c) conhece e aceita as exigências contidas na Resolução n. 75/2009 do Conselho Nacional de Justiça, publicada no Diário Oficial da União, Seção 1, em 21/5/09, p. 72-75, e no DJ-e n. 80/2009, em 21/5/09, p. 3-19, alterada pela Resolução n. 118/2010, de 03/8/10, publicada no DJ-e n. 150/2010, em 18/8/2010, p. 5-7, bem como aquelas consignadas no edital do certame; d) que é membro de família de baixa renda e encontra-se inscrito no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico).

Declara, ainda, que as informações acima são a expressão da verdade.

Nestes termos, pede deferimento.

Porto Velho ____ de _____ de 2010.

Candidato (a) ou Procurador (a)